Ata número sete

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um reuniram-se, online, a Mesa da Assembleia Geral de Alunos (Mesa da AGA), o Conselho Fiscal (CF) e o Presidente da Direção da Associação Académica do Instituto de Estudos Políticos (AAIEP), João Bule. A ordem de trabalhos desta reunião é audição do Presidente da AAIEP que pediu a reunião e discussão/partilha de informações sobre o processo.

Margarida Lee, Presidente do Conselho Fiscal, deu início à reunião, questionando João Bule em relação em alguns incumprimentos e partilha de mensagens confidenciais que tinham novas informações que não foram dadas à Presidente do Conselho Fiscal, que também não é informada em relação a reuniões da Direção, nas quais tem o direito tem de estar presente segundo os Estatutos Oficiais da AAIEP, bem como informações em relação à conta bancária que são necessárias para o papel fiscalizador do CF. Afirma ainda que verificou nos Estatutos Oficiais da AAIEP que não é o Presidente da Direção, João Bule, que tem de sugerir uma pessoa para o cargo, caso este vagasse, de secretária do CF, como fez, rejeitando a suposta proposta de Margarida Lee. João Bule confirma que Margarida Lee propôs um nome e este considerou que não seria uma boa nomeação, já que criaria mau ambiente no seio da AAIEP. No entanto, afirmou que a decisão seria da Presidente do CF. João Bule confirma que propôs um nome, mas apenas em sentido de cordialidade, e garante que aceitaria qualquer outro nome que a Presidente do CF propusesse, uma vez que reconhece que todos temos um objetivo comum, retirando o tom de imposição que a Presidente do CF mencionou. Margarida Lee reitera que, na sua perspetiva, a conversa levou outro seguimento e foi tida noutro tom de voz (o de impor a opinião de João Bule). João Bule admite que, por vezes, as suas palavras podem ser mal interpretadas e refuta que não era a sua intenção influenciar e impor a sua sugestão.

Margarida Lee, afirma que pediu acesso ao extrato bancário ao que João Bule respondeu, numa mensagem, que "não é obrigado a dar-lhe nada, mas que o faz de boa fé". Margarida Lee nota que nos Estatutos Oficiais da AAIEP está-lhe garantido este direito e que o Presidente da AAIEP não pode surgir como "salvador da pátria", fazendo-a, por vezes, questionar se está a ir além das suas funções, o que confirmou que não é verdade. Nota que este pedido foi efetuado há um mês e que veio a saber que há novas informações

sobre a conta bancária, notando ainda que estas não lhe chegaram por via do Presidente da Direção como deveriam. Reitera que os Estatutos Oficiais da AAIEP referem que o Presidente da Direção tem o dever de responder a tudo o que o CF pedir, no prazo de dez dias úteis. João Bule afirma que as novidades chegaram ontem, dia 11 de fevereiro de dois mil e vinte e um, e que pediu para falar sobre isso na presente reunião. Afirma que em relação às contas, houve vários avanços e recuos. Nota que Margarida Lee tem sido um grande apoio na Direção, pedindo que, no entanto, respeite aquelas que são as competências do Presidente da Direção e da Tesoureira. Nota que enviou o extrato bancário a Carolina Margarido, Tesoureira da AAIEP, e que este irá ser enviado a Margarida Lee. João Bule afirma que Margarida Lee pediu o extrato bancário da AAIEP cessante, o que João Bule afirma que não é legítimo. No entanto, Margarida Lee reforça a ideia de que, segundo os estatutos, tem apenas cinco dias úteis para tecer comentários sobre a aprovação dos relatórios de contas e que, sem o extrato bancário, tal não seria possível. Margarida Lee, lê a mensagem que João Bule lhe enviou, e João Bule reconhece que teve um julgamento errado dos direitos de Margarida Lee, enquanto Presidente do Conselho Fiscal, em relação ao extrato bancário, reiterando que, com o bom senso, tudo se consegue fazer.

João Bule toma a palavra e afirma que ligou para a linha do Novo Banco, notando que a conta da AAIEP é uma conta coletiva, que está em nome da AAIEP, associada ao NIF da mesma. No entanto, não está ninguém associado a esta conta e são necessários vários passos para tal acontecer, segundo o Novo Banco, que tem regras próprias e os próprios Estatutos Oficiais da AAIEP têm certas especificidades que podem atrasar o processo. Garantiram a João Bule que enviariam a análise aos Estatutos Oficiais da AAIEP e que informariam se era necessária mais alguma especificidade ou não, não garantindo que o fariam num determinado espaço de tempo, apesar de ter sido sugerido pelo Presidente da Direção o prazo de uma semana. João Bule afirma que é não necessário para ser titular de conta um determinado período de tempo. É necessário, no entanto, a ata da Tomada de Posse, o Cartão de Cidadão, o comprovativo de morada e o comprovativo de que frequenta o Instituto de Estudos Políticos. De seguida, é necessário ir ao Registo dos Beneficiários Efetivos, no site **gov.justiça.com**, de forma a se aceder ao Registo Criminal. António Cebola, Vice-Presidente da Mesa da AGA, nota que a questão da Neusa Silva e do Afonso Gusmão Reis ficam então sem efeito. João Bule afirma que já pediu a Afonso Gusmão Reis

para erradicar a conta associada ao cartão da AAIEP que está a zeros. O dinheiro da AAIEP está na conta da AAIEP, no entanto, não há titulares dessa conta e isto é uma lacuna a ser tratada, o mais rapidamente possível, apesar da Associação poder continuar a movimentar o dinheiro. Laura Guimarães, Presidente da Mesa da AGA, questiona se foi verificada a quantia que entrou do Afonso Gusmão Reis para a conta da AAIEP ao que João Bule respondeu que sim. Margarida Lee, afirma que os Estatutos Oficiais da AAIEP dizem que o tesoureiro não tem acesso à conta, exceto se o Presidente da Direção lhe der essa autorização, e questiona se João Bule deu acesso a Carolina Margarido, ao que João Bule afirma que sim — o cartão fica consigo, mas a Tesoureira terá acesso via *online* à conta bancária. Laura Guimarães, questiona se, depois da revisão estatutária, se terão de enviar novamente os Estatutos Oficiais da AAIEP ao Novo Banco, ao que João Bule afirma que sim. João Bule questiona como poderá comunicar tanto com a Mesa da AGA, como com o CF, ao que ambos os órgãos afirmam que deve ser via *e-mail* (**mesaaga.aaiep@gmail.com** e **conselho.fiscal.aaiep@gmail.com**).

Margarida Lee questiona se João Bule quer, na presente reunião, apresentar o seu testemunho face às recentes acusações, ao que João Bule afirma que sim, notando que só fala sobre aquilo que foi acusado. António Cebola reitera a necessidade de publicar as duas atas das reuniões anteriores. Margarida Lee questiona se foi João Bule que escreveu o comunicado que lhe enviou no dia anterior, que irá ser publicado do site oficial da AAIEP (**aaiepucp.com**) ao que João Bule afirma que pediu sim ajuda a Luís Simas, Vice-Presidente da Direção, notando, no entanto, que escreveu, ele próprio, o comunicado, e só de seguida Luís alterou "algumas coisas" e João Bule teve a palavra final, alterando "bastantes coisas".

João Bule, em relação às acusações, afirma que falou com uma pessoa anónima em tom de brincadeira e de cortesia, num cariz mais pessoal, mas que sempre foi correspondido, e nunca lhe foi pedido para parar, garantindo que nunca passou as linhas do respeito, diferenciando aquilo que é uma conversa pessoal, daquilo que é uma atitude de um Presidente da AAIEP. Pede desculpa se foi mal interpretado, garantindo que as suas conversas privadas não interferem na sua conduta como Presidente da Direção, reiterando que nunca utilizou o cargo de Presidente da Direção para aproveitamento pessoal.

João Bule refuta completamente a acusação de Catarina Nabais, em relação a abuso de poder e criação de rumores não fundamentados. Laura Guimarães questiona o que

aconteceu para João Bule ter sido acusado de ter dito, em nome da Direção da AAIEP, que Catarina Nabais e Cristiana Pinto seriam demitidas, ao que João Bule refere que nunca afirmou isso. Diz que falou com a Catarina Nabais, num telefonema, apenas sobre a questão do projeto que esta tinha com Cristiana Pinto. Em relação a Cristiana Pinto, nota apenas ter explicado que as demissões e nomeações apenas acontecem caso ele permita, admitindo que pode não ter tido em conta os Estatutos Oficiais da AAIEP. Demarca-se ainda da mensagem que Catarina Lopes, ex-vogal de marketing da AAIEP, mencionou com uma pessoa fora da AAIEP. Esta mensagem não foi lida na sua totalidade e, portanto, não funciona como argumento, já que ainda não foi apresentada como prova segundo uma via fomal. Laura Guimarães repara que João Bule se mostrou desentendido no que diz respeito à nomeação de novos vogais para os locais vagos, numa conversa passada entra a Mesa da AGA e o mesmo, e que acha estranho isso ter acontecido, já que teve a conversa supramencionada com Cristiana Pinto.

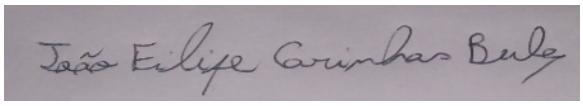
Laura Guimarães questiona se João Bule se sente confortável com a presença do CF para responder a algumas questões sobre os Estatutos ao que João Bule afirma que sim. Pede, então, para João Bule enviar email ao IEP sobre a RGA de votação de Estatutos Oficiais da AAIEP, ao que João Bule confirma que já se tinha comprometido com isso. António Cebola, Vice-Presidente da Mesa da AGA, nota que João Bule mencionou que a revisão dos Estatutos Oficiais da AAIEP de Afonso Gusmão Reis foram aprovados com menos de 50 alunos e João Bule confirma que sim. António Cebola pede a ata desta reunião e João Bule afirma que se terá de pedir a Leonor Franco e reitera que esta situação é muito grave e que há grande necessidade de ter a situação do número regularizada, já que os Estatutos Oficiais da AAIEP podem não estar aprovados do Tribunal da Comarca de Lisboa, o que pode pôr em causa a adesão da AAIEP à Federação Académica de Lisboa (FAL). Laura Guimarães questiona ainda se é possível ter acesso aos Estatutos Oficiais da AAAIEP anteriores a esses, já que estes podem não ter sido aprovados, ao que João Bule afirma que pode informar-se sobre isso — notando que é algo que esta e a anterior Direção se desmarcam completamente.

João Bule sai da reunião neste momento, permanecendo apenas a Mesa da AGA e do CF. João Louro, Vice-Presidente do CF, afirma que não se aceitam provas que não são formais e questiona quais foram as pessoas que só enviariam provas após publicação das

atas. Margarida Lee ficou encarregue de escrever um documento com as regras que devem ser seguidas para o Inquérito.

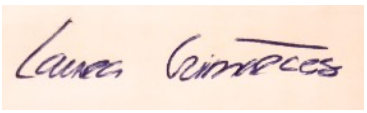
Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, tendo sido lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes na reunião.

Presidente da Direção



João Filipe Carinhas Bule

Presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Alunos

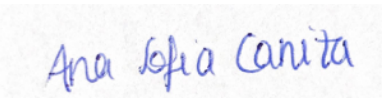


Laura Guimarães

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Alunos

Luís António Cebola

Secretária da Mesa da Assembleia Geral dos Alunos

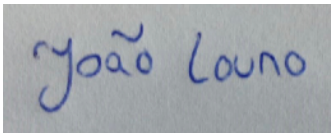


Ana Sofia Carita

Presidente do Conselho Fiscal

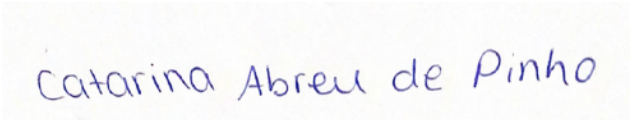
Margarida Lee

Vice-Presidente do Conselho Fiscal



João Louro

Secretária do Conselho Fiscal



Catarina Abreu de Pinho